

# A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS: UMA ANÁLISE POR MEIO DOS RELATÓRIOS OFICIAIS PROVINCIAIS E DA *MATUTINA MEYAPONTENSE*

Karla Rodrigues Mota<sup>1</sup> (IFG)  
Amanda Lohane Miranda<sup>2</sup> (IFG)  
Fabrícia Rejane Gomes da Silva<sup>3</sup> (IFG)  
Suzana Lopes de Albuquerque<sup>4</sup> (IFG)

## Resumo

Tendo em vista que a reconstrução da história pode ser feita através da investigação e análise dos vestígios que resistiram à ação do tempo, tornou-se objeto central do projeto de Iniciação Científica “Caminhos da Educação em Goiás: vestígios dos materiais e métodos de ensino nas escolas de primeiras letras Oitocentista” do Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis pesquisar e cruzar as fontes historiográficas existentes que permitam fazer alguns apontamentos sobre a Instrução pública da província de Goiás durante o século XIX. O objetivo desta proposta é interligar fontes e compreender o surgimento dos novos métodos e práticas de ensino aplicados na província goiana Oitocentista, bem como analisar o material pedagógico produzido no referido século. Outro foco investigativo, e não menos importante, trata-se de verificar a resistência das instituições pelos diversos métodos e a forma como estes foram adotados nas escolas de primeiras letras. Com o intuito de complementar as informações oficiais reportadas nos Relatórios Provinciais e de se observar a instrução da província goiana por outro prisma, será utilizado como fonte o jornal *Matutina Meyapontense*. A metodologia utilizada constitui-se, basicamente, na proposta da Escola dos Analles e para o trabalho com fontes impressas, embasando nos trabalhos de Zicman (1985), Luca (2005) e Luchese (2014). A pesquisa a ser executada tem caráter qualitativo do tipo documental e bibliográfico, onde uma análise crítica das fontes poderá responder questionamentos acerca das matrizes e formas de apropriação dos diferentes métodos de ensino utilizados na província goiana.

**Palavras-chave:** Instrução Pública, Método Lancaster.

## Introdução

O presente artigo insere-se no campo da História da Educação e refere-se a apontamentos levantados no estudo em andamento, de caráter histórico-documental, que aborda a implementação de métodos de ensino na Instrução Pública na província de Goiás durante o século XIX, inseridos na pesquisa “Caminhos da educação em Goiás: vestígios de materiais e métodos de ensino nas escolas de primeiras letras Oitocentista”, iniciada neste ano de 2015 no Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis.

---

1 Graduada em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC

2 Graduada em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC

3 Graduada em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC

4 Mestre em Educação. Professora do curso de Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis /GO

Fazendo um levantamento sobre os materiais produzidos acerca desse referido período, verificou-se a existência de uma gama de fontes históricas a serem estudadas e esmiuçadas e, principalmente, percebeu-se a necessidade de se estender a discussão acerca do processo de introdução de diferentes métodos de ensino na província goiana oitocentista, apontando assim, para as diferentes teorias pedagógicas que circulavam na época e que serviam de embasamento para um processo de escolarização em construção.

Após a delimitação do tema optou-se por explorar inicialmente os Relatórios dos Presidentes de Província e o jornal Matutina Meyapontense, documentos impressos produzidos durante o século XIX, o primeiro se tratando de um documento oficial da província, localizado no site do Chicago, e o segundo de um noticiário digitalizado e disponibilizado no site da REHEG (Rede de Estudos da História da Educação em Goiás).

Ressalta-se aqui que um trabalho voltado para a história da educação não se restringe em simplesmente reunir informações e construir uma história. Resumidamente, temos que o ofício do historiador da educação deve ser em produzir

um discurso, uma narrativa que vai sendo entrecortada por notas e citações. Dialogando com outros autores, mas especialmente com documentos da época, o texto produzido é apropriação da palavra do outro, à sua maneira, para dar sentido ao seu próprio texto (LUCHESE, 2014, p. 153).

Frente aos Relatórios Provinciais e ao Matutina Meyapontense, percebe-se a intenção, por parte dos governantes e da elite intelectual, de se imprimir na Instrução pública os princípios de Modernidade em uso nos centros urbanos brasileiros e na Europa, representados, no momento, pelo Método Lancaster. No entanto, concomitantemente, é notório que foram poucos os investimentos por parte dos governantes, resultando em um sistema de ensino ineficiente e sem grandes sucessos.

## **1 A pesquisa histórica por meio de fontes impressas**

A perspectiva desse escrito, do campo historiográfico, ocupa-se em estudar aquilo que ocorreu e, principalmente, suas marcas lançadas no tempo, com o objetivo de rememorar os acontecimentos por intermédio da pesquisa. À vista disso, cabe ao nosso ofício, a responsabilidade de dar o devido tratamento aos fatos, às fontes e ao passado com o qual busca-se um diálogo. Se tradicionalmente, restringia-se o campo a ser pesquisado aos documentos e dados oficiais, verifica-se que nas últimas décadas vêm sendo reconhecidas e utilizadas “evidências não-oficiais” para corroborar e contribuir na reconstrução do conhecimento histórico; dentre estas evidências destaca-se os impressos, como jornais e revistas.

Ao se analisar a obra *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos* cuja autoria é da historiadora Tânia Regina de Luca (2005), torna-se perceptível as fases de aceitação dos órgãos impressos como fontes históricas. Estes passaram inicialmente por um momento de descrédito, pois “[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2005, p. 112).

Por conseguinte, percebeu-se a necessidade de se escrever a história da imprensa e, finalmente, após a influência da Escola dos *Annales*, admitiu-se a existência de uma construção história também por intermédio dessa ferramenta.

Ao se retirar o véu de preconceitos sobre o que poderia ou não ser utilizado como fonte de pesquisa, a inclusão dos impressos, dentre outras fontes, em muito contribuiu para o desenvolvimento da história da educação, dado que por meio destes, percebeu-se uma variedade de rastros deixados pela mentalidade de uma sociedade e, conseqüentemente, ampliaram as fontes de análise do pensamento educacional.

Com a ampliação do conceito de documentos, facultamos que qualquer vestígio de uma época seja utilizado construção do chamado *corpus* documental, e, neste contexto os impressos ganham papel de destaque, pois segundo Zicman:

[...] a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. (ZICMAN, 1985).

É válido ressaltar que o trabalho voltado para a história da educação não se resume em amontoar documentos, perceber seu objeto de pesquisa, interligar palavras em comum e, simplesmente, “montar” uma história. O pesquisador deve ter em mente que todo documento é uma produção humana e, conseqüentemente, está impregnado de subjetividade e intencionalidade, e, deste modo, ao se trabalhar com impressos é “preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” e “ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento” (LUCA, 2005, p. 140).

Frente a esta característica imprecisa e incerta da informação oriunda de fontes impressas, compete ao pesquisador apropriar-se de um rigor metodológico, aplicando um olhar crítico e minucioso sobre suas fontes. Pode-se afirmar, que os impressos estão muito aquém de serem classificados como instrumentos imparciais, visto que

de fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. [...] Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os

colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta das intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores (LUCA, 2005, p. 140).

É de fundamental importância o levantamento de alguns questionamentos aos documentos procurando identificar no texto: “Quem o escreveu? De que lugar social? Para quem escreveu? Quem foram os seus interlocutores? Quais opiniões, informações e discursos são colocados?” (LUCHESE, 2014, p. 151). Este tratamento meticuloso destinado às fontes tem o intuito de extrapolar as páginas grafadas, conseguindo perceber, além do objeto de estudo, a conjuntura social e as relações de poder que resultaram na palavra escrita. A partir de então, emergem do *corpus* documental as recorrências, os traços e as peculiaridades relativas ao tema pesquisado.

Para além desse momento de diálogo com as fontes, constitui-se uma etapa de organização dos dados, momento em que ocorre, basicamente, a sistematização e categorização por temas e a articulação das informações que originam a espinha dorsal da pesquisa.

Dessa forma, é responsabilidade do pesquisador observar as palavras impressas e sua carga de informação com um olhar mais amplo, percebendo os seus documentos “para além de unidades isoladas, promovendo o cruzamento e contraposições entre elas afim de produzir a compreensão de sentidos” (LUCHESE, 2014, p. 152).

Nesta etapa o trabalho do historiador se assemelha ao de montar um quebra-cabeças, porém aqui não se trata de meramente encaixar um fragmento no outro, uma vez que, as peças em jogo se constituem de produções humanas, é muito mais relevante perceber as inter-relações entre elas do que meramente, fazer com que uma complemente a outra.

Essa abordagem metodológica tem sido incorporada no desenvolvimento do projeto de pesquisa apresentado e na escrita desse artigo. A veiculação da notícia no impresso Matutina Meyapontense acerca da introdução do método Lancaster em solo brasileiro e, especificamente, na província goiana tem sido analisado a partir da compreensão desse documento enquanto produção humana, impregnado de subjetividade e intencionalidade, e por isso carecedor de outras fontes para um cruzamento das contraposições.

## **2 Práticas pedagógicas presentes na província goiana Oitocentista**

Ao analisar a província de Goiás durante o período Oitocentista, verifica-se que, apesar das afirmações levantadas sobre o atraso dessa região, as discussões acerca dos processos de modernização na instrução que ocorriam nas regiões mais centrais do Brasil, adentravam por esse solo.

Brzezinski (2008) aponta para uma estagnação da província goiana frente ao progresso e atribui tal situação à localização geográfica desfavorável, “cravada no coração do país”. (BRZEZINSKI, 2008, p. 3), ao fato de possuir uma quantidade diminuta de habitantes (em torno de 20.000 indivíduos, onde, aproximadamente, metade destes eram escravos) e o pertencimento a província de São Paulo até o ano de 1749. Tais fatores, associados à escassez de transportes e à grande distância em relação aos centros econômicos, fizeram com que Goiás ficasse à mercê do desenvolvimento, afetando direta e negativamente o processo de escolarização provincial.

Albuquerque (2015) registrou as várias matrizes pedagógicas que adentravam na província goiana que, além do envio de representantes para estudar sobre novos métodos de ensino na corte, apresentava nos relatórios dos presidentes de província e em outras fontes analisadas, um palco de debates pedagógicos.

A importância de cruzar as fontes e abordá-las em uma proposta de longa duração, conceito desenvolvido junto à Escola dos Anales, aponta, para além das limitações, às possibilidades, inovações, permanências e rupturas entre modelos educacionais de diferentes períodos. Esse olhar sobre as discussões metodológicas na província goiana, tem possibilitado a identificação da circulação de variados métodos, matrizes teóricas, embates e formas de apropriação no solo goiano.

É o que ocorreu, por exemplo com o método a ser descrito nesse artigo. A profissão docente e a instrução pública no Brasil e, por conseguinte, em Goiás ganharam ares de organização após a promulgação do Decreto-Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, “que unificou a organização da instrução elementar e da profissão docente no país” (ABREU, 2006, p. 15). Esta lei prescrevia que nas regiões mais populosas deveriam ser criadas escolas de Primeiras Letras para ambos os sexos, e, em relação à forma de ensino, determinava que o método a ser seguido seja o “Lancasteriano”, também conhecido como ensino mútuo ou monitoral.

O Ensino Mútuo foi um método de ensino criado em 1749 por Andrew Bell e aprimorado por Joseph Lancaster, consistindo em uma prática educativa onde um único docente ensinaria conjuntamente vários indivíduos ao mesmo tempo. Seguindo esta metodologia, os alunos eram divididos em grupos, ou classes, conforme o seu grau de adiantamento, sendo que cada classe era dirigida por um aluno mais desenvolvido, o monitor. A vista disso, o monitor se configurava como o principal agente deste sistema educativo, pois era este quem controlava a classe e repassava os conteúdos, cabendo ao professor uma função de supervisão, “como um chefe de orquestra, ele regula a marcha da escola” (BASTOS, 1997, p. 119).

A província de Goiás no século XIX era composta por uma população escassa, formada basicamente por agricultores e mineradores, e, portanto, se tornava ínfima a quantidade de

indivíduos letrados, que fortuitamente poderiam assumir a função de professor e, então, ensinar os demais habitantes. Destarte, era imprescindível o estabelecimento de uma forma de ensino onde os poucos que detinham o saber pudessem transmiti-lo rapidamente ao máximo de sujeitos, dado que só assim haveria a produção de pessoas instruídas necessárias para transformar o caráter socioeconômico goiano.

Dessa forma, o Método Lancaster apresentou-se como um verdadeiro “milagre” aos detentores do poder, pois disseminava uma ideia de que, através deste modelo, um único professor seria “suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de 500 e até mil alunos” (BASTOS, 1997, p. 117) e, por consequência, seriam solucionados os problemas relacionados à escassez de professores hábeis na região. Em relação a este e outros benefícios do Ensino Mútuo de Lancaster, Bastos (1997) afirma que

a principal vantagem destacada pelo método é de ordem econômica, por permitir que um professor ensine, em pouco tempo, grande número de alunos. Em comparação com as escolas *individuais*, o método mantém seus alunos disciplinados, habituados desde a primeira classe à ordem e a regra. Do ponto de vista pedagógico, a constituição de grupos disciplinares homogêneos faz com que as atividades propostas correspondam ao nível real de conhecimento dos alunos (BASTOS, 1997, p. 120, grifo do autor).

Frente aos processos evolutivos vivenciados pelo sistema educacional do século XIX, observa-se que as forças governamentais goianas estavam, em tese, dispostas a melhorar as condições da instrução elementar da província, bem como tinham a pretensão de introduzir os ideais de modernidade nas suas diretrizes, visto que é uma menção constante nos Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás a abertura de várias aulas de ensino mútuo com a utilização do Método Lancaster.

Observa-se uma valorização salarial na província goiana para os professores que ministrassem aulas pelo método de ensino “lancasteriano”. Um exemplo pode ser observado nos Artigos de Ofício do impresso *Matutina Meyapontense* do ano de 1830, que relata a Resolução do Conselho Geral da Província em que “os professores de Ensino Mutuo vëceraõ 240\$ reis, os de Ensino Individual 150\$ reis, e a mestra das meninas os mesmos 240\$ reis, que são dados aos Professores de Ensino Mutuo” (*Matutina Meyapontense*, 1830, n. 52, p. 1).

Mesmo que a passos largos e morosos, o poder brasileiro e, conseqüentemente, o poder goiano propunham, em teoria, um caminhar em direção às práticas de ensino advindas com as discussões da Modernidade; no entanto, percebe-se que apesar das orientações nos relatórios para a execução desses métodos nas escolas, não ocorriam um empenho em investimento na formação dos mestres para um efetivo domínio de diferentes métodos, como o Lancaster, já que os próprios relatórios apresentavam muitas cobranças acerca da criação de uma Escola Normal.

Deste modo, compreende-se o fato da abertura de várias cadeiras de ensino pelo Método Lancasteriano e a permanência destas vagas<sup>5</sup> por muito tempo. A falta de professores habilitados pode ser verificada na matéria publicada no *Matutina Meyapontense* do ano de 1830:

[...] que tendo considerado as muitas dificuldades se devem encontrar para aquisição de Professores habéis de Ensino Mutuo, como he, o desta Cidade, e desejando do modo possível que se propaguem as luzes, quanto antes, por todos esses Arraiaes, onde não ha Escolas de 1. letras [...] (Matutina Meyapontense, 1830, n. 58, p. 1)

Após o Ato Adicional de 1834, ficou sob a incumbência das províncias a organização da sua rede de ensino, não cabendo mais ao Império a responsabilidade pela instrução. Em Goiás, no ano de 1835, foi instaurada a Lei nº 13 que regulava o ensino a ser executado na província. A referida lei, propunha um currículo semelhante ao da reforma pombalina e apresentava-se sob influência religiosa, como pode ser observado em seu primeiro e terceiro artigos:

Art. 1º A Instrucção primaria consta de dous grãos: no 1º se ensinará a ler, escrever, a pratica das quatro operações Arithmeticas, e a Doutrina Christã; e no 2º a ler, escrever, Arithmetica, até as proporções, Grammatica da Lingoa Nacional, e as noções geraes dos deveres moraes, e religiosos.

[...]

Art. 3º O Governo poderá estabelecer tambem Escolas para meninas nos lugares, em que houver 2º grão, e em que, attenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por desesseis Alunmos ao menos. N'estas Escolas se ensinaráo, alem das materias do 1º grão, Ortografia, Prosodia, e noções geraes dos deveres moraes, religiosos, e domesticos. (Lei n. 13 de 23 de junho de 1835)

A inexistência de treinamento dos professores, a falta de empenho prático e efetivo por parte dos presidentes de província aliadas à delicada condição econômica da província foram incapazes de suprir as necessidades requeridas para a implementação completa do ensino lancasteriano, assim como resposta, o Método Lancaster não obteve êxito na província goiana pelo fato dos professores não terem

materiais para fazer funcionar suas escolas dentro das regras lancasterianas. Limitados, assim, pelas circunstancias, procuravam adaptar o sistema às condições do meio, regendo suas escolas de acordo com os poucos recursos disponíveis, de modo que, dentro de pouco tempo, suas escolas se transformavam em qualquer coisa que de ensino mútuo tinha mais nome do que o conteúdo (BRETAS, 1991, p. 148).

Em face desse cenário da instrução pública, é frequente nos Relatórios Provinciais uma fala desanimadora dos Presidentes em relação ensino, como pode ser depreendido no discurso do

---

<sup>5</sup> Uma cadeira vaga significa que uma aula foi aberta pelos governantes, porém não houve professor que a ocupasse.

presidente Joze Rodrigues Jardim em seu Relatório Provincial de 1835: “O Ensino Mutuo, com pezar o digo, não tem apresentado o resultado, que deste methodo se esperava” (Relatório Provincial de 1835, p 22-25).

## Considerações Finais

Ao se trabalhar com fontes impressas cabe ao pesquisador determinar o seu objeto de estudo e destrinchar o seu material de trabalho. Neste artigo foram analisados os impressos Matutina Meyapontense e os Relatórios dos Presidentes de Província e ao debruçarmos sobre estes optamos por trabalhar com uma metodologia que nos permitissem analisar criticamente as informações dadas, sem nos esquecermos da definição de Zicman (1985):

um método não é um “vale-tudo” ou “prêt-à-porter”, e não deve funcionar como uma “camisa-de-força” para a análise. Nunca é tarde demais para insistir sobre a natureza dialética das relações método-teoria-objeto de estudo: é este vaivém constante que nos afasta dos perigos do empirismo e do formalismo. (ZICMAN, 1985, p. 100, grifos da autora).

Quanto ao objetivo desta pesquisa podemos afirmar que houve a intenção por parte dos governantes em inculcar na instrução goiana ideais de modernidade, percebido pelo fato de indicarem o Método Lancaster para as aulas na província. O grande problema e, conseqüentemente, a grande causa do insucesso da nova ferramenta de ensino em Goiás, se deu também pela falta de um investimento real no seu desenvolvimento dentro das escolas. Essa situação porém, não limitava-se à província goiana.

Diante desta conjuntura, ao analisar o processo educacional na província goiana Oitocentista, podemos afirmar que esta foi uma construção erguida em meio a uma dinâmica de avanços e retrocessos, culminando numa estrutura onde as intensas discussões, relatórios e regulamentos não se ajustavam aos insuficientes investimentos; situações estas facilmente percebidas ao entrarmos em contato com os impressos circulantes em Goiás no século XIX.

Porém, um dos desafios da nossa pesquisa é, para além de constar essas dificuldades, identificar fontes que apontem possibilidades de debates, apropriações, embates, resistências, tentando apontar para a Instrução Pública Oitocentista goiana como palco de experimentações pedagógicas e a busca por um princípio ativo na instrução em um período anterior ao que anunciara a Escola Nova.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. *A modernidade pedagógica representada nos discursos dos presidentes de província de Goiás*. Anais do III Congresso de História da Educação da região Centro-Oeste, 2015.
- BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. *A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827)*. História da Educação. Pelotas, v. 1, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 1997.
- BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- BRZEZINSKI, Iria. *Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento*. In: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua. *As escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008. p. 279 – 298.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCHESE, Terciane Ângela. *Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais*. História da Educação. Porto Alegre, 2014, v. 18, n. 43.
- ZICMAN, Renée Barata, *História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas*. In: *História e historiografia: Contribuições e Debates*. PUC São Paulo. Programa de estudos pós-graduados em história. Departamento de história. São Paulo, EDUC, 1985.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- Relatórios dos presidentes da província de Goiás, 1835-1888. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás. Disponível em: <<https://reheg.fe.ufg.br/>>. Acessado dia 01 de outubro de 2015
- Matutina Meyapontense, 183-1834. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás. Disponível em: <<https://reheg.fe.ufg.br/>>. Acessado dia 01 de outubro de 2015.
- Lei n. 13 de 23 de junho de 1835. Rede de Estudos de História da Educação de Goiás. Disponível em: <<https://reheg.fe.ufg.br/>>. Acessado dia 01 de outubro de 2015